



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**PARA ATENDIMENTO DE DEMANDA
APRESENTADA PELA SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E
PLANEJAMENTO PARA PERMISSÃO DO
SERVIÇO DE TÁXI CFE**

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O presente Estudo Técnico Preliminar configura-se como parte integrante da instrução do processo licitatório já iniciado para atendimento de demanda da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento do Município de Santo Amaro da Imperatriz para permissão da execução do serviço de táxi no Município de Santo Amaro da Imperatriz, conforme determinado na ação executória n. 0900049-11.2014.8.24.0057 para adimplemento do item 2.1 da cláusula segunda do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado com o Ministério Público de Santa Catarina e objeto da execução mencionada.

2. NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

O processo licitatório visará atender o determinado na ação executória n. 0900049-11.2014.8.24.0057 para adimplemento do item 2.1 da cláusula segunda do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado com o Ministério Público de Santa Catarina e objeto da execução mencionada, que prevê o seguinte:

CLÁUSULA SEGUNDA

O compromitente se obriga, a contar da assinatura do presente termo, a proceder de forma direta e exclusiva, a efetuar rigorosa fiscalização do serviço de táxi de Santo Amaro da Imperatriz, notadamente:

2.1) lançar edital de licitação para permissão do serviço público de transporte de passageiros (serviço de táxi), até o dia 15 de dezembro de 2012;

Referido Termo de Ajustamento de Conduta - TAC foi formalizado em 27 de julho de 2012 entre Ministério Público e a Administração da época diante do Inquérito Civil n. 06.2012.00000107-8 que apontou irregularidades na prestação do serviço de táxi pelos atuais permissionários do Município, consistentes na ausência de processo licitatório para permissão do serviço público e ineficiência da fiscalização da atividade pelo Município.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

A transação teve por objetivo evitar o ajuizamento de ação civil pública e regularizar a situação dos táxis de forma administrativa, de onde o Município restou obrigado a, dentre outras medidas, "lançar edital de licitação para permissão do serviço público de transporte de passageiros (serviço de táxi), até o dia 15 de dezembro de 2012", conforme exigia a legislação da época.

Não obstante, a obrigação nunca foi cumprida, o que ensejou o ajuizamento da ação executória n. 0900049-11.2014.8.24.0057, em que o Município apresentou exceção de pré - executividade arguindo que a deflagração de processo licitatório para a outorga de exploração do serviço de táxi se tornou dispensável diante do julgamento do Recurso Extraordinário n. 1002310, que foi rejeitada pelo Juízo sob o fundamento de que o entendimento jurisprudencial fixado pelo Supremo Tribunal de Justiça apenas dispensa a licitação, mas não a proíbe, enquanto o TAC tem caráter de título executivo - certo, líquido e exigível - "*formado mediante ato voluntário do próprio Município, que se obrigou ao seu cumprimento à vista da norma local já existente, norma esta que hoje poderia ser ainda mais restritiva quanto a delegação do serviço, não fosse a rejeição, pela Câmara Municipal, do projeto de lei de que trata a cláusula primeira do TAC (evento 31)*" (decisão do evento n. 54, autos n. 0900049-11.2014.8.24.0057). Dito isso, ainda que hoje o processo licitatório seja desnecessário para exploração do serviço de táxi e que sua publicação se mostre a medida mais custosa ao Município dada a necessidade de elaboração dos documentos pertinentes e instrução do processo, diante da iminência de intimação do Município para cumprimento da obrigação sob pena de multa e consequente dano ao erário, justifica-se o processo licitatório.

De mais a mais, a permissão do serviço não deixa de objetivar atender às necessidades de deslocamento do público em geral.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Nos termos do art. 18, § 1º, inciso V, da Lei Federal n. 14.133/2021, o levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis juntamente à justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar e é conteúdo a ser acrescido no Estudo Técnico Preliminar, mormente pois este deve "sondar e propor soluções e alternativas ao gestor, no intuito de melhor adimplir as necessidades públicas", eis que "o problema a ser resolvido deve se dar com a indicação da melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação".

É corolário lógico que o levantamento de mercado deveria estar atrelado às possibilidades de atendimento às necessidades de deslocamento do público em geral, no entanto, no caso em



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

tela, não há que se falar em análise de possibilidades já que o processo licitatório se destinará ao cumprimento de título executivo que prevê a obrigação de adotar a concorrência para delegação de permissão de serviço de táxi, ou seja, é a medida obrigatória.

4. SOLUÇÃO PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA

A demanda será atendida mediante a deflagração do processo licitatório na modalidade concorrência para permissão do serviço de táxi.

5. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Não foi elaborado Plano de Contratações Anual para o ano de 2024.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Com a publicação do processo licitatório estar-se-á a atender o determinado na ação executória n. 0900049-11.2014.8.24.0057, a fim de que seja adimplido o item 2.1 da cláusula segunda do TAC exequendo.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e execução da permissão, previstas no termo de referência.

a. ATENDIMENTO ÀS NORMAS TÉCNICAS

Não se aplica.

b. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Não se aplica.

c. MARCAS E MODELOS DE REFERÊNCIA

Não se aplica.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

d. PRÉ-QUALIFICAÇÃO DOS ITENS

Não se aplica.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Será outorgada uma permissão para cada licitante vencedor.

**9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE
ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS
HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS**

A permissão da execução do serviço de táxi objetiva atender às necessidades de deslocamento do público em geral.

**10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO
PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

Não há.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se aplica.

**12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS
MITIGADORAS**

Quanto a questão dos impactos ambientais, a contratação em tela, tem como base observar as informações contidas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no sítio <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>, sendo que, a contratada deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade, inseridos agora nos princípios da aplicação da lei 14.133/2021.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

13. VIABILIDADE DE CONTRATAÇÃO

Ante o exposto, conclui-se que a melhor solução para atender a demanda apresentada é a própria deflagração do processo licitatório em tela.

Santo Amaro da Imperatriz, 12 de agosto de 2024.

CLEIDI TEREZINHA DERNER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO